



Encontros Bibli: revista eletrônica de
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

bibli@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Acesso à Informação Pública nos Arquivos Públicos Estaduais
Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 20,
núm. 43, mayo-agosto, 2015
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14741501030>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

The logo for Redalyc.org, featuring the text 'redalyc.org' in a stylized font with a red graphic element.

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Acesso à Informação Pública nos Arquivos Públicos Estaduais

Discente: **Juliana Fachin**

Orientadora: Dra. **Úrsula Blattmann** - PGCIN/UFSC

Co-orientadora: Dra. **Marli Dias de Souza Pinto** - CIN/UFSC

Banca: Dra. **Angélica Conceição Dias Miranda** - FURG

Dr. **Moisés Lima Dutra** - PGCIN/UFSC

Dr. **Aires José Rover** - PPGD/UFSC

RESUMO

A investigação na área de Ciência da Informação possibilita reflexões sobre a aplicabilidade da lei de acesso à informação (LAI) nos Arquivos Públicos Estaduais - APE. Estudo exploratório descritivo de caráter qualitativo tem como objetivo analisar a disposição de informação caracterizada de acesso público nos websites dos Arquivos Públicos Estaduais, quanto aos critérios da lei n. 12.527, de novembro de 2011, com foco na divulgação da informação em meio eletrônico. Os objetivos específicos buscaram: analisar se os arquivos apresentavam em seus websites, algum indicativo da lei de acesso às informações públicas – LAI; caracterizar a missão dos Arquivos Públicos Estaduais; investigar o uso de Políticas Públicas Informacionais pelos APE; detectar a percepção dos gestores quanto à importância e necessidade do uso de websites para dispor informações aos usuários; identificar a opinião dos gestores dos arquivos quanto à lei n. 12.527 de acesso à informação pública. O estudo realizado entre agosto a dezembro de 2013. A população foco do estudo consistiu em vinte e seis (26) Arquivos Públicos Estaduais. A amostra de pesquisa se restringiu aos quinze (15) arquivos que detêm um website funcionando. Para a coleta dos dados, foram utilizadas duas ferramentas: a análise dos quinze (15) sites dos Arquivos Públicos Estaduais, e um questionário estruturado com questões abertas, enviado, por correio eletrônico, aos gestores dos respectivos arquivos. Quanto à síntese dos dados levantado utilizaram-se tabelas e quadros demonstrativos. Para a análise de conteúdo obtido pelo questionário, utilizou-se o método de Bardin (1977). Na análise dos websites, constatou-se que, de quinze (15) Arquivos, seis (6) indicavam a LAI. Ao caracterizar a missão dos Arquivos Públicos, averiguou-se que há duas vertentes de aplicação: a gestão documental e a disposição do acesso à informação. Na análise dos websites verificou-se que, dos 15, dez indicavam o uso de Políticas Públicas Informacionais. Ao analisar as respostas dos questionários, identificou-se no relato a importância do uso de website como forma de ampliar a divulgação de informação. Os gestores participantes expuseram a sua opinião quanto à LAI, expondo a importância e aplicabilidade nos arquivos, expondo pontos que necessitam ser revistos na lei, sugerindo a necessidade de investimento para que seja possível a aplicação da LAI. Concluiu-se: a) o cenário arquivístico dos Arquivos Públicos Estaduais, permeado pela lei de acesso à informação está em transformação, isto é, com mudanças gradativas para atender aos quesitos de sua aplicabilidade; b) quanto ao perfil dos arquivos, ficou explícito que são órgãos públicos subordinados perante determinada administração e estes dependem de verba pública, seu objetivo de existência está em organizar e tornar o acervo disponível; c) as tendências estão relacionadas às demandas internas: na capacitação de pessoas (esclarecimento da lei) e no uso de ferramentas interativas de comunicação e informação, como os websites, blogs, redes sociais, bases de dados dinâmicas, entre outras. Os arquivos adéquam-se às novas demandas informacionais exigidas pela LAI, integrando um novo contexto informacional.